

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA O GT EJA E O MUNDO DO TRABALHO DO

II EREJA SUL.

29 e 30 de novembro de 2012

Rita de Cássia P. Gonçalves¹

Este documento é uma síntese do que se pode encontrar nos documentos dos ENEJAS acerca da EJA e mundo do trabalho e objetiva subsidiar a discussão no II EREJA SUL.

No relatório do I ENEJA, realizado o Rio de Janeiro, em 1999 pode-se encontrar uma referencia indireta ao trabalho quando, partindo do conceito amplo de EJA presente na Declaração de Hamburgo, o conferencista José Rivero destacou, entre outras, a questão da “educação e trabalho que apontaria “para a necessidade de uma educação que alargue, ao mesmo tempo, a competência individual e a coletiva, envolvendo o ser humano em todas as suas dimensões”. O Encontro apontava a necessidade de articulações na execução da Política de EJA, mediante o estabelecimento de políticas de cooperação, entre as esferas de governo e os segmentos governamental e não governamental. Ao renovar o interesse pela temática da alfabetização, da educação para a cidadania e a formação para o trabalho, o encontro pretendeu colaborar para a revisão e o alargamento do conceito de EJA, propiciando uma leitura brasileira da Declaração de Hamburgo e da Agenda para o Futuro. Apontava para a criação de centros públicos de formação profissional e participação efetiva na formulação de políticas de educação para os trabalhadores entre outros. Na plenária final o encontro aprovou, no plano conceitual: trabalhar para a ampliação do conceito de EJA assumido na VCONFINTEA, no âmbito das culturas brasileira e latinoamericana, que propõe EJA na perspectiva da educação continuada e do direito, que tem toda pessoa, de aprender ao longo da vida.

Assim, sem uma crítica explícita no documento, o ENEJA aderiu ao conceito de “educação ao longo da vida” que tem origem também na dimensão do mundo do trabalho.

O II ENEJA enfatizava “a compreensão de que a educação de jovens e adultos não se restringe ao período de alfabetização, mas que se constitui em um direito e, portanto, deve se dar ao longo da vida, sendo a única referência, ainda que indireta ao mundo do Trabalho”.

Campina Grande - PB - 2000

O III ENEJA teve como tema a divisão de responsabilidades entre os organismos governamentais das três esferas administrativas e as organizações da sociedade civil para a consecução das metas relativas à educação de pessoas jovens e adultas previstas no Plano Nacional de Educação. Problematicizou questões quanto a quem cabe cumprir as metas; analisou os compromissos internacionais da EJA e enfocou questões específicas da educação básica e do significado do mundo da cultura em relação com a EJA; assim como discutiu o sentido do trabalho na construção do currículo. Criticando a política de EJA o encontro apontou que os consensos e metas das Conferências de Hamburgo e Dacar eram “fundamentais para o fortalecimento da educação de jovens e adultos na América Latina, reafirmam que a educação é um direito das pessoas em qualquer idade, entendida como processo que se estende ao largo de toda a vida, e que tem nas escolas um espaço privilegiado, mas não único”. Afirmava a responsabilidade indiscutível do Estado e cujos processos de privatização naquele momento, deixavam a educação ao livre jogo do mercado.

São Paulo - SP - 2001

¹ Doutora em Educação (UL). Professora de Departamento de Metodologia de Pedagogia da UDESC.

IV ENEJA - Belo Horizonte - MG - 2002
V ENEJA - Curitiba - 2003

2

Em Porto Alegre, o VI ENEJA de 2004, explicitando em suas preocupações com a especificidade da EJA apontava desafio de responder: o que é ser jovem e adulto da EJA? Quem são os educandos? Que trajetórias humanas, sociais e culturais têm esses sujeitos? Que histórias marcam suas biografias? Que relações estabelecem com o mundo do trabalho e o quanto este conforma suas subjetividades? P.3

O VII ENEJA em Brasília, 2005, observava uma tendência na busca de diálogo e do estreitamento das relações com diversas entidades que faziam Educação Popular, assim como com entidades ligadas à economia solidária. Reconhecia o sentido mais fecundo entre os dois campos –EJA e Economia solidária— que se faria pela mediação da educação no trabalho autogestionado — base da economia solidária. O encontro reconhecia que “a discussão sobre as concepções de economia solidária era ainda incipiente na trajetória dos Fóruns de EJA, exigindo aprofundamento: ultrapassar a ideia meramente de geração de renda, para alcançar a compreensão da economia solidária como crítica e alternativa ao modelo de produção capitalista”. P.5

O tema da economia solidária volta para a discussão no VIII ENEJA em Recife ²⁰⁰⁶ apontando que o ENEJA anterior trouxera para a mesa de discussões, movimentos representativos dessa diversidade, rompendo o silêncio entre as especificidades e abrindo espaço ao diálogo. Porém, o encontro observou que a construção não se alargou na realidade do fazer político, e as questões inerentes aos grupos da diversidade mantiveram-se endogenamente pensadas, sem estendê-las como preocupação de averiguar de que forma o recorte etário – jovens e adultos – e o nível de escolaridade impunham pensar jovens negros, jovens indígenas, trabalhadores adultos do campo, pescadores artesanais jovens e adultos, desempregados jovens desescolarizados, adultos sem emprego formal porque desescolarizados etc. Apesar das conquistas de formas de pensar a diversidade, atravessando grupos sociais específicos, estes não conseguem impregnar e reorientar o fazer pedagógico das escolas, mantendo-se isolados, uns e outras. O encontro concluiu que competia, portanto, “realizar esforços para o desenvolvimento de metodologias diferenciadas, que atendessem a diversidade de sujeitos da EJA, envolvidos com o mundo do trabalho e em suas diferentes necessidades”. P.4

No IX ENEJA, no Paraná, o convidado Cláudio Araújo Nascimento - Coordenador de Estudos do Departamento de Estudos e Divulgação / MTE apresentou em linhas gerais as ações em torno da Economia Solidária e sua interface com a EJA. Neste encontro, os delegados e delegadas da Região Norte discutiram e avaliaram que o III Seminário Nacional de Formação de Educadores e educadoras de EJA deveria tratar de temas como as novas perspectivas no Mundo do Trabalho, A EJA e a Relação do Mundo do Trabalho e as Novas Tecnologias, entre outros.

O X ENEJA em Rio das Ostras em 2008, discutindo o tema “Economia solidária, educação profissional e interfaces com a EJA” apontava que “Situar a educação para o trabalho na contemporaneidade implicaria formular duas questões básicas: qual o lugar do trabalho, e quais os objetivos da educação profissional neste momento?” e afirmava:

Resgatar o sentido de trabalho na dimensão ontológica, como processo de constituição dos seres humanos - realização, atividade criativa e criadora, recupera sua finalidade, não meramente reprodutora, mas de trabalho emancipado, o que contribui para a construção de outra sociedade, superando o capitalismo e a inserção subordinada na lógica do capital. Economia solidária já existe. Ampliá-la exige diálogo com a educação, e implica disputar hegemonia política, intelectual, moral e material na sociedade capitalista, e o Estado também pode ser espaço de luta pela hegemonia. Nesse

sentido, a autogestão do processo de trabalho — característica da economia solidária — pode produzir resposta às questões propostas.

Relacionar economia solidária, educação profissional e EJA exige enfrentar quatro desafios: o primeiro, a formação integral do sujeito em uma perspectiva associativa, com relações de igualdade nos diferentes espaços da vida, de troca técnica, de conhecimento, de sentido de coletividade; o segundo, o resgate do caráter público nos espaços escolares, superando a idéia de educação instrumental, caminhando no compartilhamento de saberes; o terceiro refere-se às características dos Fóruns, para assumirem a perspectiva em questão; e, o quarto e último desafio, o de superar o tratamento marginal e compensatório tanto da EJA como da economia solidária.

A educação profissional atua na dualidade do sistema escolar — reflexo da dualidade do sistema capitalista, e a economia solidária apresenta-se como confronto entre as relações de produção/sociais vigentes. O papel atribuído à escola na sociedade capitalista é disseminar o capitalismo, o que não se completa, pela contradição inerente ao modo de pensar dos sujeitos. A escolarização pode ser instrumento de luta, de crescimento da conscientização, contribuindo para uma concepção de mundo emancipatória, de superação da ordem vigente. Para tanto, há que superar: programas de governo, implementando políticas de Estado e a fragmentação dos programas, articulando níveis e sistemas de ensino das redes federais, estaduais e municipais tendo em vista a construção de um sistema público de ensino integrado. Há que propor políticas que permitam a emancipação e a superação das desigualdades brasileiras e, ainda, estabelecer uma proposta de currículo integrado que potencialize a economia solidária.

Com relação a educação profissional o encontro perguntou: como o PROEJA poderia transformar-se em política pública? Quais os desafios políticos e pedagógicos do PROEJA? Como abordar a relação educação-trabalho, a partir da perspectiva de indissociabilidade, para a formação humana? Como construir uma matriz curricular integrada?

Destacava-se a perspectiva contraditória do PROEJA, em que, por um lado, se propõe a responder demandas imediatas voltadas para as necessidades do mercado — incluir-se no mercado é condição de sobrevivência. Por outro lado, propõe-se ter como horizonte a perspectiva da formação integral — o trabalho constitui o sujeito humano e sua relação é permanente, mas mediatizada, ou seja, para além do imediatismo e da mera empregabilidade. Entendido como política pública, as ações na educação profissional devem ser acessíveis na perspectiva de democracia e justiça, devendo ter perenidade, universalidade e caráter de qualidade. Constatava-se que, apesar da longa trajetória da EJA e da educação profissional no Brasil, na prática as escolas que desenvolviam uma dessas modalidades não tinham experiência com a outra, ou apresentavam esta experiência de forma restrita, na perspectiva da formação para o trabalho simples. Considerar o direito à educação básica aliada à qualificação voltada à formação humana exige pensar a(o) educanda(o) como centro do processo educativo. A formação inicial de educadoras(es) para atuação no PROEJA que predomina, ainda, baseia-se em uma formação tecnicista na educação profissional. Para superar este aspecto, a oferta de cursos de especialização deverá ser ampliada nas universidades, assim como superar a falta de integração entre redes estaduais e federais. P.5

Com relação a EJA no contexto da economia solidária, o encontro registrou que esta “é constituída de práticas sociais alternativas à economia capitalista. Ajuda a pensar e fazer outra economia em que o ser humano é o centro, e não o capital. Pelo trabalho, homens e mulheres podem criar um mundo humano ou um mundo desumano, um mundo em que se reconheçam ou se alienem. O trabalho, na

perspectiva da economia solidária, deve contribuir para tornar o jovem e o adulto protagonistas de sua história, realizando-o de forma crítica e criativa, não restrito aos ditames da lógica do mercado. Na economia solidária, a ciência e a tecnologia devem estabelecer relação de diálogo com os conhecimentos, os valores e a cultura popular, numa perspectiva de validação de saberes, em interface com a EJA, e com a educação profissional. Um dos princípios da economia solidária é a autogestão, que mobiliza coletivamente os excluídos em prol de sua luta por uma vida mais humana, superando a lógica meritocrática e individualista do mercado, de culpabilizar os excluídos pelo seu “fracasso”. Como desafio, enfrentamos a construção de um currículo de EJA em que concepção e práticas da economia solidária estejam presentes na formação de sujeitos jovens e adultos trabalhadoras(es), no qual interajam saberes, experiências e valores da EJA, da economia solidária e da educação profissional. Torná-la política pública pode superar programas compensatórios e fragmentados propostos pelo governo federal”

Propostas extraídas dos relatórios para EJA e o mundo do Trabalho.

1. Quanto a organização curricular

Propostas	ENEJAS
1. Realização de trabalho interdisciplinar na EJA e intersetorial, envolvendo a economia solidária.	VIII ENEJA
2. Feiras culturais nas escolas, para que ocorra interação entre os alunos e os conhecimentos profissionais.	VII ENEJA
3. Inserção do conteúdo <i>mundo do trabalho</i> na alfabetização e na educação básica.	VIII ENEJA
4. Criar espaços de discussão e de aprendizagem sobre currículo integrado e de outras problemáticas necessárias à formação e consolidação da política.	XI ENEJA
5. Necessidade de construção coletiva de um currículo integrado.	IX ENEJA
6. PROEJA com maior carga horária, tendo em vista que os educandos demandam maior tempo de aprendizagem para o domínio dos conhecimentos e para consolidação de sua formação profissional.	XI ENEJA
7. Assegurar e desenvolver currículos alternativos de EJA nas unidades federadas.	IX ENEJA
8. Estabelecer parâmetros básicos (de caráter transitório) respeitando as especificidades locais e culturais, buscando articular-se com uma perspectiva de desenvolvimento sustentável em contraposição ao currículo atrelado ao mercado de trabalho, afirmando direitos e o acesso a todos os bens socialmente produzidos, inclusive das novas tecnologias.	IX ENEJA
9. Organizar currículos adequados às especificidades dos educandos da EJA, tendo como referência as concepções do mundo do trabalho: economia solidária, cooperativismo e associativismo. O ENEJA afirma a necessidade de formação integral da(o) trabalhadora/or para potencializar políticas de matricialidade da EJA e da economia solidária.	X ENEJA
10. Estabelecer uma proposta de currículo integrado que potencialize a economia solidária. <i>Como desafio, enfrentamos a construção de um currículo de EJA em que concepção e práticas da economia solidária estejam presentes na formação de sujeitos jovens e adultos trabalhadoras(es), no qual interajam saberes, experiências e valores da EJA, da economia solidária e da educação profissional. Torná-la política pública pode superar programas compensatórios e fragmentados propostos pelo governo federal.</i>	X ENEJA

2. Quanto à política pública de EJA

Propostas	Enejas
1. Trabalhar para a ampliação do conceito de EJA assumido na V CONFINTEA, no âmbito das culturas brasileira e latinoamericana, que propõe EJA na perspectiva da educação continuada e do direito, que tem toda pessoa, de aprender ao longo da vida.	I ENEJA
2. Criação de centros públicos de formação profissional	I ENEJA
3. Realizar esforços para o desenvolvimento de metodologias diferenciadas, que atendessem a diversidade de sujeitos da EJA, envolvidos com o mundo do trabalho e em suas diferentes necessidades”.	III ENEJA
4. Integração de programas de EJA com o mundo do trabalho, sustentação e renda, bem como políticas específicas direcionadas as populações do campo.	V ENEJA
5. Regulamentação da formação continuada dos educandos com a inclusão da educação profissional, entendida como a que possibilita acesso à ciência e à tecnologia, não a restringindo, apenas, a cursos profissionalizantes voltados à inserção precarizada no mercado da força de trabalho (pela opção por cursos rápidos como manicure, artesanato etc.)	VIII ENEJA
6. Que os FORUNS estaduais promovam ações para estudar a legislação da Ed Profissional.	IX ENEJA
7. Afirmar a EJA em permanente diálogo com a Economia Solidária e com as diversas experiências de educação popular.	IX ENEJA
8. Mapear experiências já implantadas no país, sistematizando os processos de implantação.	IX ENEJA
9. Rediscutir a carga horária compatível com a realidade do educando trabalhador de EJA.	IX ENEJA
10. Rediscutir os vários programas: PROJOVEM, PROCAMPO, PROEJA, objetivando a constituição de uma política pública nacional para a modalidade da EJA.	XI ENEJA:
11. Propor que a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos torne-se uma política de Estado e não como programa.	XI ENEJA:
12. Reivindicar do PROEJA a realização de diagnóstico de perfil sócio-econômico dos educandos (as), sistematização das experiências pedagógicas e estudo sobre os alunos egressos.	XI ENEJA:
13. Dar maior sustentabilidade e ampliação legal ao PROEJA FIC, para que os gestores municipais possam ter condições e autonomia política de financiamento e constituição de currículo.	XI ENEJA:
14. Mobilizar as empresas para garantir e incentivar os funcionários a estudarem.	XI ENEJA:
15. Maior apropriação das possibilidades oferecidas pelo Decreto 5840 - PROEJA, para avanços na construção do currículo integrado.	XI ENEJA
16. Ampliar a faixa etária de atendimento do PROJOVEM CAMPO para além de 29 anos.	XI ENEJA
17. Considerar o tempo de trabalho com relação a evasão, respeitando a ausência e o retorno do educando, realizando processos de avaliação para nivelamento, caso necessário	XI ENEJA
18. Criar uma lei específica que não permita o fechamento de salas de aula em função de não ter um número mínimo de alunos	XI ENEJA

3 Quanto á formação dos professores

1Desenvolver ações de formação específica para o trabalho com a Economia Solidária nas escolas e demais experiências de <i>EJA</i>	XI ENEJA
2Garantir a presença de profissionais qualificados para atuar no PROEJA e no PROJOVEMCAMPO, com vistas à construção do currículo real e integrado, da mesma forma que a presença de técnicos qualificados para trabalhar na perspectiva agroecológica.	XI ENEJA
3Abertura de concursos públicos para seleção de professores das diversas áreas de conhecimentos e não apenas da área técnica, como está acontecendo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	XI ENEJA
4Assegurar cursos de especialização para professores e para gestores.	XI ENEJA
5Encaminhar um estudo para a reformulação das diretrizes curriculares das licenciaturas, agregando os estudos sobre a modalidade em EJA na formação dos professores.	
6Formação inicial e continuada específica para trabalhar com o educando EJA.	IX ENEJA
7A formação inicial de educadoras(es) para atuação no PROEJA que predomina, ainda, baseia-se em uma formação tecnicista na educação profissional. Para superar este aspecto, a oferta de cursos de especialização deverá ser ampliada nas universidades, assim como superar a falta de integração entre redes estaduais e federais.	X ENEJA